FERNANDO DA SILVA CAMARGO

TÓPICOS ÚTEIS PARA PRINCIPIANTES NO ESTUDO DA HISTÓRIA

1ª edição

Pelotas
Edição do Autor
2013

CAMARGO, Fernando da Silva.
Tópicos úteis para principiantes no estudo da História.
1ª Edição.
Pelotas: edição do autor, 2013.

ISBN: 978-85-917377-0-3

Sumário

Sumário _____ 3
Considerações Iniciais _____ 7
Fato (evento) _____ 17
Processo _____ 19
Fenômeno _____ 20
Verdade _____ 21
Ciência _____ 24
Metafísica _____ 26
Estrutura _____ 27
Sistema _____ 29
Tempo _____ 30
Percepção do Tempo _____ 32
Registro do Tempo _____ 34

Espaço 39
Contexto 40
Objeto 41
Sujeito 42
Método 43
Teoria 45
Paradigmas 46
Conceito 47
Categoria 48
Sociedade 49
Economia 50
Política 51
Cultura 52
Fonte 53
Fontes primárias e fontes secundárias 56

Fontes Textuais e Fontes não-Textuais 61
A crítica das fontes 65
Crítica externa 66
Crítica interna 69
Historiografia 73
Heurística 74
Descrição e Narrativa (o Texto Histórico) 79
Descrição Histórica 79
Narrativa Histórica 81
Abordagens (Interpretações) 85
Abordagem Analítica 86
Abordagem Hermenêutica 89
Operacionalização “Mista” 95
E a Dialética? 96

Considerações Iniciais

Assim como se apresenta, esse livro já se está ultrapassado e exatamente porque essa é a sua vocação, ou seja, estar disposto a um processo de atualização constante.

Os tópicos sugeridos são o resultado de anos de ensino de Introdução aos Estudos Históricos em nível superior e, apontam para as principais dúvidas que aqueles promissores “principiantes” no ofício de professor de História e de historiador tinham ao entrar na faculdade e enfrentar as primeiras noites de estudo.

Com isso em mente, é preciso ressaltar que esse livro se propõe a

problematizar questões extremamente básicas e essenciais: nenhuma teoria nova é proposta, nenhum paradigma é interpretado, nenhuma historiografia é sistematizada.

Inclusive, eu duvido que esse material seja de qualquer serventia para quem já tem uma caminhada nas artes e nas manhas desse campo do conhecimento. Ele foi pensado para aquele que ignora a maioria dos temas elementares da discussão nas ciências humanas.

Além disso, esse material é incompleto e parcial, na medida que reflete aquilo eu o autor considerou pertinente e reflete as suas idiossincrasias docentes.

Por outro lado, alguns tópicos são polêmicos (a crítica das fontes, por

exemplo), mas mais do que estarem corretos ou incorretos (e esse consenso, convenhamos, jamais será alcançado em nossa área), eles pretendem estimular o exercício de “pensar sobre” e, quiçá, alavancar outras leituras, essas sim, mais densas e apropriadas para um historiador em formação.

A intenção é apresentar, no menor intervalo possível, atualizações dessa obra, incorporando sugestões e críticas que sejam feitas pela comunidade de leitores.

Eu ofereço esse livro gratuitamente e autorizo sua cópia e distribuição, desde que ressalvada a indicação de autoria, porque, em troca, aguardo a colaboração ativa dos leitores (profissionais ou estudantes), para

incorporar os complementos que venham a ser sugeridos.

A página do *Facebook* do livro (https://www.facebook.com/topicosuteis) está à disposição para as manifestações de todos.

História

De uma maneira geral, a História que se conhece através dos livros didáticos, através dos meios de comunicação ou outras formas de expressão quaisquer, apresenta-se linear e com uma perspectiva que não aponta nem propõe uma discussão sobre o conhecimento histórico em si. Isso pode ser considerado normal, na medida que as pessoas, sejam historiadores, cientistas sociais e políticos, jornalistas ou outros estão preocupados em “historiar” alguma coisa, sem ter de justificar sua postura particular em relação ao conhecimento produzido e tampouco sem ter de se posicionar sobre as questões relativas aos limites e possibilidades do conhecimento histórico.

Muitos pensadores já se debruçaram sobre o problema da definição da História. é comum encontrar conceituações ligadas à idéia de “estudo do passado”. Isso confirma, inclusive, o senso comum de que os eventos do passado constituem o campo de atuação e o objeto de estudo dos historiadores.

De fato, entre todos os fatores que podem interferir nas abordagens dos estudos históricos, o tempo é elemento chave e não pode, nunca, ser desprezado. Sem a definição de certa temporalidade, o objeto de estudo, seja de natureza social, política, cultural, econômica ou outra, tende a escapar da esfera de atuação dita “histórica” e passa a interferir ou sombrear em áreas de atuação preferencial de outros ramos das ciências sociais e humanas.

Além da temporalidade, entretanto, outros elementos devem ser agregados a uma proposta de definição do que seja a História. Um deles é o fator “humano” do conhecimento histórico. Trocando em miúdos, a História trata, preferencialmente de ações, relações e posturas humanas de natureza coletiva e de natureza individual. Assim, “tempo” e “humanidade” precisam estar presentes no estabelecimento das fronteiras da História.

A amplitude de uma definição que se estabeleça somente sobre o binômio tempo-humanidade, tais como “ação do homem no tempo”, pode, por seu turno, prejudicar uma melhor visualização do trabalho do historiador contemporaneamente. Ao inverso, tentar definir limites sustentados em argumentos

de impacto e/ou relevância, de áreas do conhecimento ou de temas preferenciais, pode criar uma desnecessária “camisa-de-força”, impedindo o aparecimento de perspectivas e abordagens novas e criativas que poderiam trazer análises, explicações e interpretações capazes de completar lacunas importantes no conhecimento histórico.

Além de tempo e humanidade, então, faz-se necessário abrir um novo elemento definidor, muito mais subjetivo e flexível, capaz, contudo, de estabelecer mais adequadamente os limites e metas operacionais de determinada pesquisa histórica: a problematização, o problema.

Problematizar algo, historicamente, implica na construção de perguntas sobre a ação da humanidade no tempo, individual

ou coletivamente. Quando um historiador se propõe a estabelecer respostas, ainda que provisórias, para a pergunta ou perguntas levantadas, ele está construindo hipóteses históricas.

Finalmente, é necessário recordar que a História não se refere ao real em si ou às coisas tal qual elas foram, mas a História é sim uma representação do real ou das coisas tal qual elas poderiam ter sido. Nessa perspectiva o conhecimento histórico não tem a pretensão de atingir uma suposta Verdade, mas está em permanente busca da Verdade. Uma procura por algo que não será alcançado. Os resultados de tal busca, contudo, criam uma série de “aproximações” daquela mesma suposta Verdade e as explicações e argumentos apresentados nessas

aproximações sugerem ou apontam para explicações gerais sobre o agir humano no tempo.

Tendo em mente esses quatro elementos, pode-se afirmar que “a História é uma representação, oriunda de uma explicação argumentativa para um dado problema, proposto em torno de ações, relações e posturas humanas, temporalmente colocadas”.

Obviamente, determinadas teorias e filosofias da História, pelas próprias premissas por elas assumidas como válidas, tendem a negar, no todo ou em parte, a proposta de definição da História aqui apresentada.

Fato (evento)

Vulgarmente trata-se de qualquer acontecimento ocorrido e cronologicamente situado. Algumas vezes é usado como sinônimo de verdade, como na expressão "é fato que os triângulos têm três lados". A noção de *fato histórico*, entretanto, implica em atribuir valor maior a determinados fatos, porque eles, supostamente, teriam maior relevância ou conseqüências mais significativas no desenvolvimento da história. Ou seja, alguns fatos seriam "históricos" e outros não. O problema é quem e a partir de quais critérios define a relevância ou importância que deva ser atribuída a determinado fato.

Fato histórico é uma noção que está

mais intimamente relacionada com posturas mais factuais e serve bem a paradigmas mais lineares do conhecimento histórico, como, por exemplo, a idéia de "causa-e-efeito" na história, dominante no senso comum.

Processo

Diferentemente de fato histórico, "processos" ou "processos históricos" partem de uma perspectiva de mobilidade absoluta e permanente. A idéia de causa-e-efeito, ainda que subjacente, não é a mais importante para a análise e/ou interpretação no âmbito da História. Essa noção está mais próxima de paradigmas dialéticos, na perspectiva da mudança e do movimento constantes de todas as coisas (inclusive dos objetos de estudo da História, portanto). Nesse caso, os fatos servem exclusivamente para demonstrar o movimento da história e seu sentido,

Fenômeno

Trata os objetos da História, sejam fatos ou processos (na verdade pode ser uma forma de escapar dessas duas noções), como objetos de estudo em si. O fenômeno histórico é um objeto tal como ele "aparece" na consciência do historiador.

Verdade

Aquilo que é. Trata-se de um enunciado que deveria ser universalmente aceito e válido. Dada a evolução específica da racionalidade ocidental, durante muito tempo as idéias de conhecimento e verdade estiveram imbricadas, noção ainda persistente no senso comum ocidental. Disso decorrem manifestações no sentido de que o conhecimento seria o caminho da verdade ou que adquirir o conhecimento seja alcançar a verdade. A radicalização do uso da idéia de verdade costuma conduzir a posturas dogmáticas em qualquer área de conhecimento.

No caso da História, a idéia de verdade esteve impregnando diferentes

correntes paradigmáticas e teóricas e, assim, cada uma delas tinha a intenção de atingir ou de conduzir à Verdade.

Coloquialmente, a verdade opõe-se à falsidade. Entretanto, a falsidade decorre do erro ou da má-fé e, nesse último caso, é intencionalmente construída. A Verdade, assim, deveria ser constituída a partir do acerto e da boa-fé e, de fato, esses dois componentes estiveram nas bases da constituição da ciência moderna. O problema é que são, ambos, elementos impossíveis de serem detectados ou valorados, na medida que o acerto depende sempre da perspectiva e a boa-fé depende de intenções íntimas e obscuras de indivíduos ou grupos.

Existe, ainda a possibilidade de compreender a Verdade como uma meta,

um objetivo que precisa ser perseguido, mas com a certeza que nunca será atingido em seu estado mais absoluto (talvez porque tal estado nem exista).

Ciência

Existem diferentes definições e aplicações desse conceito. Primeiramente, era confundido com *saber*, *conhecimento*. Isso incluía habilidades mecânicas, como o "saber fazer" alguma coisa. Posteriormente surgiu a proposta de definir ciência como área do conhecimento que possuísse:

- ✓ objeto definido e próprio; e,
- ✓ método de interpretação ou análise específico.

Outra definição parte do que seja mais comumente aceito pela comunidade de pensadores/intelectuais. Ou seja, se um grupo significativo de pessoas de tal comunidade admite uma área do

conhecimento como sendo separada das demais, então tem-se aí uma ciência.

Contemporaneamente, apesar de coexistirem algumas das definições anteriores, é bem aceita a idéia de que a Ciência separa-se das demais formas de conhecimento por possuir o critério da falseabilidade a partir da testabilidade (experimentação).

Metafísica

Conceito originário da Grécia clássica, refere-se a expressões da racionalidade que fujam do senso comum e do pensamento mítico-religioso. Deve partir, portanto, da convicção de que todos os fenômenos possam e devam ser explicados com uma argumentação consistente e lógica (preferencialmente espelhados, embasados, na realidade vivida). Está, na metafísica, subjacente, a idéia de falseabilidade, mas não sustentada pela testabilidade (que é o caso da Ciência), e sim no embate de idéias e argumentos.

Estrutura

É uma espécie de "espinha dorsal" de um determinado objeto. A estrutura molda e delimita uma dada edificação, seja ela concreta ou abstrata. Todos os elementos que constituem uma estrutura são, solidariamente, indispensáveis para a própria existência da edificação. Mudar as estruturas, implica, sempre, na transformação do edifício (concreto ou conceitual) em outra coisa, assim, implica na eliminação da estrutura anterior para dar lugar a uma nova. Estrutura é sempre um princípio mais duradouro, comparativamente, às conjunturas e aos sistemas (ou, ainda, "superestruturas") que lhe estão agregados. Esse conceito está

mais próximo do materialismo histórico e suas variantes.

Sistema

Tem relação com organicidade e logística. Refere-se a conjuntos harmônicos de fluxos e relações entre partes (funções) num determinado contexto ou estrutura. Por sua natureza, o termo raramente é utilizado para objetos concretos e, portanto, vincula-se melhor a manifestações conceituais.

Tempo

A noção de tempo está vinculada à de movimento. O tempo físico pode ser definido como o intervalo seqüencial entre eventos. Não é um fenômeno natural de apreensão inata. Ao contrário, é um *constructo* intelectual. O tempo "presente", o agora vivido pelo indivíduo é a única realidade mais palpável em termos de tempo. Os tempos "passado" (mais complexo que o presente) e "futuro" (mais complexo que o passado), não estão na realidade vivida das pessoas e, portanto, são construções intelectuais, uma baseada no princípio da memória e a outro no princípio da probabilidade.

O tempo, assim, é um fenômeno

cultural e a diversidade de formas de percepção e de registro do tempo atestam isso.

Mas, o tempo é uma referência básica na vida cotidiana das pessoas, contemporaneamente, especialmente nas sociedades ditas industrializadas. Por esse motivo, tem-se a impressão que o tempo é fator pré-existente, fixo e universal. Isso, costuma afastar as pessoas do fato de que o tempo é uma *construção cultural*. Mesmo que se leve em conta uma abordagem mais "científica" do tempo (como na Física, por exemplo), ela não passa de uma *representação*.

Se, portanto, essa abstração que chamamos "tempo" é um fenômeno cultural, então, obviamente, a *sua percepção e o seu registro variam de*

acordo com o ambiente cultural no qual essa percepção e esse registro ocorrem.

As próprias ciências chamadas “duras” (coma Física, a Astronomia, e a Química, por exemplo) não adotam mais a idéia de um tempo universal e fixo como referência em seus campos de estudo, principalmente após o advento da teoria da relatividade.

Percepção do Tempo

Mesmo individualmente, a percepção do tempo é diferente, ou seja, cada pessoa tem um tipo de percepção (e de relação) do tempo diferenciada. Até patologias psicológicas, como alguns tipos de neurose, mostram o grau de relação que

uma pessoa pode ter com sua percepção específica do tempo. Inclusive, uma mesma pessoa, dependendo do momento e das circunstâncias pode “sentir” que o tempo “passou” mais rápido ou mais devagar.

Para os historiadores (na pesquisa ou na sala de aula), essa percepção do tempo assume outras magnitudes. O horizonte temporal do historiador é ampliado e, portanto, muito mais difuso e impreciso. Tornam-se necessárias “opções de temporalidade”, que, naturalmente, refletem os paradigmas pessoais de cada profissional da História.

Dessa forma, o historiador “percebe”[1] o tempo “passar” mais rápida ou

---

[1] Daí a expressão “percepção do tempo”.

vagarosamente, de acordo com uma gama de interesses e interferências paradigmáticas e isso, refletira no texto histórico escrito ou oral (ex.: aula) que ele venha a produzir.

Muito comum é que a própria quantidade de fontes disponíveis para o estudo de determinados fenômenos determine a percepção de temporalidade. Assim, fenômenos de poucas fontes disponíveis podem demandar uma temporalidade mais esparsa (vagarosa, portanto).

Registro do Tempo

As diferenças de percepção da temporalidade podem ser mais bem

observadas nas diferentes variações do registro do tempo. Instrumentos como horários, calendários, datações e periodizações possuem, mesmo hoje, em tempos de “globalização”, uma variação impressionante, sempre de acordo com o meio cultural no qual se inserem.

Na datação cristã, estamos no século XXI (dC), para a tradição islâmica estamos no século XIV e, para a tradição judaica, estamos no VI milênio.

Ao longo da história, sucederam-se ou coexistiram, em diferentes sociedades, calendários lunares, calendários solares e, até, calendários sem nenhuma referência astrológica lunar ou solar.

A periodização ocidental tradicional (produto da historiografia), em Pré-História,

Idade Antiga. Idade Média, idade moderna e Idade Contemporânea, reflete, no mínimo, duas intencionalidades (conscientes ou não): o eurocentrismo e o privilegiamento dos fenômenos políticos (queda de Roma, queda de Constantinopla, Revolução Francesa).

Isso, na realidade cotidiana das pessoas tem um impacto meramente cultural (ainda que, a partir dessa referência cultural, possa haver impactos em outros aspectos). Isso se observa nas comemorações de efemérides (datas importantes). A celebração do Ano-Novo, a exemplo de tantas outras, dá às pessoas, muitas vezes, a sensação de término de um ciclo de vida e início de outro. Quando, na verdade, não há quaisquer mudanças nos sistemas ou nas estruturas que interferem

no contexto da vida das pessoas que implique nessa sensação.

Para o historiador, também o registro do tempo assume outras magnitudes. Pois permite ao pesquisador e ao professor manipular[2] o tempo (agora no sentido de categoria) para que esteja adequado às suas referências pessoais e àquilo que pretende estudar ou abordar.

É quanto ao registro do tempo, então, que transparece a responsabilidade do historiador quanto ao conhecimento que ele produz. Isso não ocorre com a percepção que o historiador tenha do tempo, pois essa última não é uma postura

---

[2] Termo aqui usado sem sentido de "má-fé" e desprovido de qualquer maniqueísmo.

tão consciente.

Ao propor registros, periodizações e datações, e mais, ao dar maior ou menor ênfase a eles, também aí os historiadores complementam (até sem perceberem) o "sentido / significado"[3] de sua produção. Em outras palavras, o registro do tempo na historiografia também é um procedimento heurístico, também é uma seleção que determina o conhecimento que virá a ser produzido.

---

[3] No contexto hermenêutico mesmo.

Espaço

Tal como o tempo, não é um conhecimento inato. Fisicamente apresenta-se como intervalo entre objetos materiais. As formas de percepção e registro do espaço também são culturais. Entretanto, algumas vezes a expressão tempo é utilizada como, "ambiente", adquirindo conotações muito distintas de sua utilização em termos físicos.

Contexto

Num recorte qualquer de tempo e de espaço (na idéia de ambiente), todos fenômenos que possam ser apreendidos ou depreendidos constituem, em conjunto, o que se costuma chamar-se de contexto.

Objeto

É aquilo que se estuda.

Coloquialmente é usado para aludir a qualquer coisa que exista na realidade. O uso acadêmico e científico do termo, porém, refere-se a qualquer coisa, concreta ou abstrata, que seja motivo do esforço intelectual de compreensão.

Sujeito

É quem estuda. Aquele(a) que faz o esforço intelectual para a compreensão de qualquer coisa. O pesquisador de qualquer área é sempre sujeito da investigação.

Método

Trata-se de uma espécie de padronização da prática investigativa. Em algumas áreas do conhecimento, os métodos disponíveis chegam a possuir um valor normativo bastante rígido, ou seja, só é levado em consideração o trabalho de pesquisa que tenha sido conduzido estritamente dentro dos ditames metodológicos específicos. A importância do método na produção do conhecimento está diretamente ligada ao critério da falseabilidade nas produções científicas e acadêmicas. A necessidade de repetir os experimentos e/ou de permitir que sejam refeitos os passos da investigação, obriga o pesquisador sério a expor com

detalhamento e clareza seus experimentos ou suas fontes. O método, portanto, é uma das poucas garantias (se não a única) de idoneidade de qualquer trabalho acadêmico.

Teoria

Proposta intencional e explícita para a leitura da realidade ou para estudo de diferentes objetos, dentro de parâmetros e posturas definidas. Costuma apresentar-se como um conjunto de categorias harmonicamente complementares entre si que conduzem (ou, pelo menos, induzem) àqueles mesmos parâmetros e posturas estabelecidos pelo referencial teórico.

Também pode-se dizer que teorias são generalizações feitas a partir da experiência e da observação. As teorias se utilizam modelos que as simplificam. Os modelos empregam hipóteses e regras lógicas de inferência para explicar os fenômenos.

Paradigmas

Parâmetros e posturas pouco explícitos de leitura da realidade. Têm sua origem nos múltiplos e obscuros fatores que participaram no processo de formação intelectual de um indivíduo ou de um grupo. Dessa forma, os paradigmas possuem uma vinculação íntima com valores culturais e intelectuais. A identificação de paradigmas é mais complexa do que a identificação de teorias, mas não é impossível.

Conceito

É o esforço de representação verbal de um objeto (concreto ou abstrato), mas não a partir de sua individualidade (isso seria "nome") e sim, a partir do que possa ser comum e universal com relação a todos os objetos que possam encaixar-se (ser representados, portanto) pelo conceito. Assim, o conceito não é uma dada coisa em si, mas uma tentativa de aproximação cognitiva. Também aparece como "constructo".

Categoria

Conceito ou conjunto de conceitos utilizados no âmbito de uma teoria e que, portanto, passam a ter papel preponderante nos procedimentos de análise e/ou interpretação, à luz daquela mesma teoria.

Sociedade

Conjunto de indivíduos humanos que possuam determinado grau de interação entre si. Existe uma dificuldade de delimitação de uma sociedade qualquer, isso atrapalha a universalização do conceito e leva a uma utilização bastante variada e díspar do mesmo. A questão coloca-se no "grau" de interação desejável entre os indivíduos para que se possa chamar de "sociedade" um grupo humano qualquer, devido à grande discordância existente entre as teorias e paradigmas existentes sobre esse tema. Ocorre assim, que a definição dos limites de uma dada sociedade seja um ato arbitrário, apesar de intelectualmente necessário.

Economia

Costuma-se afirmar que a economia lida com o princípio da *escassez*, partindo do pressuposto de que se houvesse abundância de todas as coisas, a economia não seria necessária e não existiria como área do conhecimento. A economia, portanto, aborda temas relacionados aos mecanismos de constituição e de fluxo de tudo o que de tudo o que for necessário à sobrevivência de indivíduos ou grupos.

Uma simplificação aceitável seria afirmar que *a economia trata da produção e da distribuição de bens e serviços*.

Política

Toda e qualquer relação humana que implique na manutenção ou alteração de posição ou função que um indivíduo ou um grupo possui no grupo maior. Como é certo que a absoluta maioria das ações humanas têm por objetivo buscar maior ascendência ou importância no grupo no qual se inserem, é correto afirmar que praticamente todas as relações humanas são relações políticas.

De uma forma geral, as ações humanas de tipo político são ações de convencimento ou ações de coerção.

Cultura

Na definição mais ampla, quer refere-se a "tudo o que é produzido por seres humanos", isso tanto material como intelectualmente. Entretanto, existe um outro uso corrente para o termo, restringindo-o à toda produção/construção imaterial humana ou à produção material de caráter não utilitário (arte, por exemplo). Todas as sociedades humanas são dotadas de cultura e é impraticável qualquer comparação qualitativa entre elas, portanto, não existem culturas mais avançadas ou mais evoluídas que outras.

Fonte

Origem da informação. Em termos de conhecimento histórico é qualquer material que seja utilizado para corroborar argumentos analíticos e / ou interpretativos. Assim, materiais existentes que não tenham sido utilizados em trabalhos históricos ou historiográficos, independentemente de sua antigüidade ou do local de armazenamento, não são fontes históricas.

Pode-se dizer, portanto, que fonte histórica *é todo e qualquer material* (geralmente bens culturais) *utilizado pelos historiadores para servir de evidência para os argumentos da análise ou interpretação* (pesquisa) *que estejam realizando*.

Portanto, dependendo do objeto de estudo que se tenha em mente, qualquer bem cultural pode transformar-se em fonte histórica.

É importante perceber que um documento só vira fonte quando é utilizado para uma pesquisa. Pode haver documentos muito antigos e que nunca tenham sido, efetivamente, usados por algum pesquisador, nesse caso será apenas isso: um documento antigo. A fonte histórica só atinge essa categoria quando manipulada por um historiador. Por isso as fontes (às vezes a mesma fonte) possuem diferentes formas de classificação e tratamento, uma vez que dependem do objeto de estudo ao qual estão vinculadas ou à abordagem que lhe será dada pelo pesquisador.

Apesar dos documentos escritos constituírem, ainda, as fontes preferidas dos historiadores, bens culturais sem intenção prévia de comunicar, ou seja, cultura material[4], vem ocupando um espaço importante como fonte histórica. Assim, um lápis, uma jarra, uma edificação, uma vestimenta podem, dependendo do objeto de estudo e da abordagem ou metodologia escolhida pelo historiador, ser fontes históricas.

---

[4] Por definição, cultura é tudo o que é produzido pelo homem, contudo, cristalizou-se, coloquialmente, a noção de cultura vinculada à produção artístico-intelecutal ou aos supostos padrões de comportamento étnico. Por isso a existência da expressão "cultura material" para definir aqueles bens humanos não-intelectuais.

Fontes primárias e fontes secundárias

Essa é a forma de classificação mais clássica das fontes históricas, onde fontes históricas são aquelas que remetem diretamente ao objeto de estudo e, as secundárias, possuem uma intermediação intelectual entre o pesquisador e seu objeto.

Deve-se entender, aqui, intermediação intelectual como o esforço analítico ou interpretativo que alguém já tenha feito sobre o mesmo tema ou sobre temas afins. O produto (geralmente um texto) desse esforço intelectual representa a existência de uma tentativa prévia de análise ou interpretação. Assim, se um historiador tiver como tema de estudo o mesmo objeto sobre o qual alguém já tenha

anteriormente escrito ou falado, esse material anterior lhe servirá de fonte secundária.

Ainda que, de uma forma geral, o documento de época seja considerado fonte primária e a produção historiográfica sobre o tema seja considerada fonte secundária, essa divisão não é estanque. De fato, apenas a existência ou não de uma intermediação intelectualizada entre objeto e pesquisador permite classificar uma fonte como primária ou secundária.

Antes de definir se determinada fonte é primária ou secundária, então, é necessário identificar o objeto de estudo e averiguar se essa fonte se constitui ou não numa intermediação intelectual entre esse objeto e o pesquisador.

Vejamos alguns exemplos hipotéticos:

a) um livro que trata da Revolução Francesa de 1789, escrito por um autor do final do século XIX é fonte primária ou secundária? Depende, pois se o pesquisador estiver estudando “a Revolução Francesa”, então essa obra será, para ele, fonte secundária (existe intermediação); por outro lado, se o pesquisador tiver como objeto de estudo “o pensamento histórico no final do século XIX”, essa mesma obra será, para ele, fonte primária (não existe intermediação nesse caso);

b) um documentário, rodado na década de 1960, sobre a vida de

> Cleópatra, é fonte primária ou secundária? Depende, pois se o pesquisador tiver como tema de estudo “a última dinastia do Egito antigo”, então ele terá aí uma fonte secundária; entretanto, se o pesquisador se propõe a estudar “a produção audiovisual dos anos 60: o caso dos documentários”, nesse caso, esse mesmo pesquisador estará se deparando com uma fonte primária.

É óbvio que existem fontes que serão exclusivamente primárias. É o caso da cultura material, pois dificilmente alguém poderá considerar que um lápis, por exemplo, possua algum tipo de intermediação intelectual, nos termos aqui propostos. Contudo, uma obra

historiográfica terá sempre a possibilidade de tornar-se, também fonte primária (já que é vista, geralmente, como fonte secundária), pois, eventualmente, outro pesquisador poderá dedicar-se ao estudo do pensador que produziu aquele texto historiográfico ou mesmo o pensamento de sua época e, nessa situação, não existe intermediação.

É importante fazer algumas ressalvas, na medida que algumas fontes ficam no limite e são de dificílima definição. Os textos jornalísticos são dos casos a serem ressalvados, já que apesar de serem textos de época e expressarem as circunstâncias do momento vivido por quem produziu o texto (aqui, o jornalista), possuem, de qualquer forma, um esforço intelectual de leitura, interpretativa ou

analítica, daquela realidade vivida. Nesse caso, se o pesquisador estiver estudando “o jornalismo”, ou “a imprensa” em determinada época, então, o texto jornalístico há de configurar-se como fonte primária, sem discussões. Mas, se o objeto do pesquisador for outro elemento da época em que o texto jornalístico foi produzido (um tema, em geral que o próprio jornalista aborda) pode-se entender que há uma intermediação, colocando-o como fonte secundária. De uma maneira geral, contudo, os historiadores entenderão os textos jornalísticos de época como fontes primárias por excelência.

Fontes Textuais e Fontes não-

Textuais

É necessário, também, diferenciar aquelas fontes que, no momento em que foram produzidas tinham a intenção explícita de passar uma mensagem, tinham assim, a intenção explícita de comunicar, das demais que, ao contrário, no momento em que foram produzidas não tinham qualquer intenção de passar uma mensagem, nem a intenção explícita de comunicar.

De qualquer maneira, é preciso ficar claro que toda e qualquer fonte comunica, independentemente do fato de terem tido essa intenção ou não no momento em que foram produzidas. Comunicam, especialmente aos olhos atentos e treinados do pesquisador que consegue

delas extrair significados e leituras que nem os autores ou produtores das fontes poderiam imaginar.

Nessa nova proposta de classificação tem-se as fontes textuais como as que propõem um argumento, um texto portanto. Nesse conjunto podemos incluir todos os documentos escritos (incluindo os numéricos, tais como balanços contábeis), material audiovisual (filmes artísticos, gravações de som e voz, documentários em áudio e vídeo) e as obras de arte em geral.

Dentre as fontes não-textuais, tem-se um conjunto imenso de cultura material que não tinha intenção comunicativa quando de sua confecção ou construção, mas tinham tão somente fins utilitários, como veículos, equipamentos, edificações,

roupas e uma infinidade de outras coisas. “Todo o resto”, poder-se-ia dizer.

Essas fontes não-textuais necessitam de um tipo de “leitura” especial por parte do pesquisador, pois não foram produzidas em uma linguagem formal e tampouco numa linguagem não-formal que fosse fortemente comunicativa (caso das obras de arte). Dessa forma, essas costumam ser fontes complementares na maioria dos estudos, pois se transformam em evidências que auxiliam a argumentação dos historiadores. Por exemplo, as roupas pesadas e recatadas da era vitoriana podem dizer – e dizem – muito acerca dos padrões de comportamento moral daquela época.

Cresce, cada vez mais, o número de propostas de investigação histórica que se

utilizam, preferencialmente, de fontes não-textuais para construir ou reforçar seus argumentos.

A crítica das fontes

Um dos procedimentos comuns a todos os historiadores, independente da corrente ou postura teórico-metodológica adotada, é a chamada crítica das fontes. Trata-se de uma série de cuidados que devem ser tomados com relação às fontes, antes do pesquisador passar a utilizá-las, efetivamente, como evidências ou argumentos em seu trabalho. Nessa concepção, é preciso conhecer com a melhor precisão possível, a origem das fontes, bem como, as formas e a capacidade de expressão que os autores

das fontes tinham à época em que foram produzidas.

Crítica externa

Não é tão incomum acontecer de que historiadores trabalhem com determinadas fontes, algumas, inclusive, cruciais para o desenvolvimento de suas pesquisas, cuja origem alegada pode ser um engodo. Por isso, é importante certificar-se de que a procedência alegada é, de fato, a origem de determinada fonte. Em outras palavras, geralmente as fontes são atribuídas a determinado autor (produtor, no caso de fontes não-textuais) e a determinada época e local, mas tal atribuição não é, necessariamente verdadeira. Há que se procurar autenticar

essas alegações de origem.

Existem muitas fontes forjadas, fraudes de fato, que já foram utilizadas, de má-fé ou de boa fé, por pesquisadores e tal utilização inadequada provocou a ruína, no todo ou em parte, da pesquisa daqueles pesquisadores. Os casos das famosas “Doações de Constantino” ou do “Homem de Piltdown” são exemplos disso.

Não existe uma fórmula certa para garantir, dentro do possível, a certeza da procedência de uma fonte ou conjunto de fontes. Geralmente pode-se apelar para a adequação da fonte à origem, ou seja, sabe-se que determinados termos são ou não usuais em determinada época e local[5],

---

[5] Entre outros argumentos, a utilização de uma versão

sabe-se que um certo autor possui um estilo marcante de escrita[6], sabe-se que determinados fatos ou eventos citados num texto ocorreram ou não[7]. A partir desse conhecimento do “entorno” no qual a fonte teria sido produzida, cruzando dados e informações, pode-se concluir pela legitimidade ou pela fraude na alegação de origem de uma fonte qualquer.

Uma fonte que seja identificada

---

do latim que não seria adequada à época determinou que as “Doações de Constantino” seriam uma fraude.

[6] A partir desse critério estilístico, por exemplo, alguns pesquisadores afirmam que não teria existido um único autor para a “Ilíada” e para a “Odisséia”, mas vários, discutindo, inclusive, a existência ou não de Homero.

[7] Atualmente, é questionada a viagem de Marco Polo, devido a incongruências entre os fatos e locais que ele cita em sua obra.

como de origem fraudulenta, entretanto, ainda poderá ser utilizada como fonte histórica, apenas que agora, será vista como uma tentativa conhecida de “forçar” um determinado argumento ou evidência. Ora, tentar conhecer os porquês que possam estar por trás dessa tentativa de engodo pode fornecer informações importantes para o historiador.

Crítica interna

Essa fase da crítica das fontes é necessária em virtude dos condicionamentos que envolvem os autores das fontes, em qualquer época e contexto.

O meio interfere diretamente em

qualquer produção textual. Meios e épocas nos quais existe restrição à expressão do pensamento precisam ser levados em conta quando da realização da crítica interna de uma dada fonte. Da mesma forma, ambientes onde existam padrões de comportamento rígidos terão influência marcante nos textos ali produzidos. Em qualquer dos casos, os traços culturais mais genéricos ou mais fortes na formação de um indivíduo acabarão por transparecer nos textos por ele produzidos.

É imprescindível, assim, conhecer o ambiente cultural, econômico, político e social no qual a fonte foi produzida, para que se possa saber “até onde” determinado autor poderia ter conduzido seus argumentos. Em outras palavras, que condicionamentos pessoais ou sociais

acabaram delimitando os limites e os rumos de um dado texto.

Por exemplo, até que ponto poderia um autor europeu ocidental, do século XV, desafiar os dogmas católicos sem estar sujeito a uma condenação pela Inquisição? Ou, até que ponto, um autor que tenha vivido numa ditadura sul-americana do século XX poderia discutir abertamente temas ligados à democracia ou a falhas cometidas pelos regimes de exceção? Ainda, até onde o autor de um documento que tenha passado toda sua vida numa comunidade religiosa isolada poderá atacar os princípios básicos da sua própria religião?

Nesse sentido, saber das barreiras, das restrições, dos motivos, das intenções, dos valores, entre outros, dos diferentes

condicionantes, enfim, para o autor de um determinado texto e da produção textual em si, permite uma leitura mais adequada e menos superficial daquela mesma fonte, evitando possíveis erros de avaliação e argumentação.

Historiografia

É o conhecimento histórico já produzido. Pode ser dividido de inúmeras maneiras, tais como, por objeto de estudo, por região, por época, por referencial teórico predominante, por linhas paradigmáticas, entre outras.

Heurística

A heurística (seleção) é o momento da seleção das fontes documentais, não-documentais e historiográficas que permitirão compor o conjunto de dados que irão demonstrar a proposta de crítica e interpretação[8], construiu para determinada investigação.

Em outras palavras, ainda que se tenha um bom problema e uma boa proposta de crítica e interpretação de tal problema, são necessários dados e informações que demonstrem a validade e

---

[8] Tais propostas de crítica e interpretação, muitas vezes chamadas de *hipóteses* são decorrência de uma problematização anterior.

a verdade[9] dos argumentos que o pesquisador venha a utilizar para convencer as pessoas de que sua proposta de interpretação / solução é a mais adequada. Para muitas pesquisas históricas, as próprias fontes se constituem nos argumentos fundamentais utilizados pelo historiador.

Encontrar as fontes, portanto, descartar aquelas que são completamente inúteis para o problema proposto e, depois, sistematizar as úteis e significativas para o trabalho, são procedimentos que refletem

---

[9] Aqui entendida como a relação entre o argumento e sua lógica interna – o argumento em si – e a demonstração de que esse argumento tem um vínculo com o mundo externo, o mundo das coisas perceptíveis e factíveis (ainda que através de documentos históricos).

bem as tarefas que envolvem a fase heurística da investigação..

O procedimento heurístico tem como requisito um conjunto de informações acerca de onde podem estar situadas as diferentes fontes que deverão compor aquele conjunto de dados[10]. Também necessita estar amparado por um problema bem constituído e bastante objetivo, pois somente assim o historiador poderá selecionar o que é pertinente e o que não é pertinente para que se logre estabelecer os argumentos e dados adequados à

---

[10] Tais informações podem ser obtidas através da atuação de um orientador, através do contato com pessoas que já trabalharam o mesmo tema ou temas afins, através da literatura relativa ao tema ou ao seu entorno e assim por diante.

demonstração de determinada interpretação, solução ou hipótese.

A fase heurística da pesquisa histórica é, sobretudo, o momento no qual transparece a honestidade intelectual do historiador. Eventualmente, os dados, documentos e informações recolhidas podem apontar para interpretações inadequadas e até contrárias à expectativa inicial oriunda da problematização. Além de poder frustrar expectativas e hipóteses, os dados podem, inclusive, ferir predisposições ideológicas ou teóricas[11] de

---

[11] Os pesquisadores, em geral, estabelecem suas condutas, seus procedimentos e sua prática científica a partir de determinados referenciais teóricos e ideológicos de leitura dos fenômenos que são de seu interesse. Esse quadro geral de referências é conhecido, genericamente, por *paradigmas*.

cada pesquisador. Nesse último caso, existem duas opções que atendem àquela exigência de honestidade: a) promover a inserção de tais dados no universo teórico ou ideológico do historiador[12] ou, inversamente, b) permitir que os dados revertam as próprias predisposições do historiador. Em qualquer circunstância, o que não se pode admitir é a omissão da existência das fontes.

---

[12] Seja positivamente, através de adequada argumentação que justifique o elemento aparentemente contrário como integrante da cosmovisão proposta pelo pesquisador; seja negativamente, negando a validade da fonte, através do procedimento de crítica interna ou externa.

Descrição e Narrativa (o Texto Histórico)

Diferentes pensadores já classificaram de variadas formas como se apresentam os conhecimentos históricos (ou seja, o texto histórico ou historiografia). Entretanto, duas formas clássicas e básicas são mais difundidas: a *descrição* e a *narrativa*.

Descrição Histórica

Trata-se de enumeração, citação e categorização de vários fatores que componham a percepção que alguém possa ter sobre um fenômeno histórico

qualquer. Assim, pode-se ser considerada um tentativa de dar uma “logicidade” espacial[13] a uma explicação histórica. Na descrição, as coisas ou elementos (não apenas no sentido concreto, mas abstrato também) são predominantes. Numa analogia com as artes cênicas, ressalvados os riscos de qualquer metáfora, poderia se considerar a descrição como o cenário, os atores, o figurino, ou a iluminação.

Vejamos dois exemplos de descrição (uma com elementos concretos e outra com elementos abstratos):

---

[13] Espaço, aqui, significando “meio”, “contexto”. Não apenas o espaço físico mensurável, ainda que, mesmo esse, possa ser objeto de descrição histórica.

1) “as casas eram feitas de adobe e possuíam uma altura média de 2 metros”;

2) “a influência dominante na elite intelectual francesa do século XVIII já era a iluminista”.

Narrativa Histórica

Trata-se do ato de encadear eventos, de forma a que se apresentem ao “leitor” como uma seqüência de nexos. Na narrativa, portanto, o elemento destacado é a cronologia e, na maioria das vezes, a causalidade. Ela pode ser considerada um esforço de dar uma “logicidade” temporal a uma explicação histórica. Predominam , na narrativa, os acontecimentos, os fatos e as ações. Também, aqui, numa analogia com

as artes cênicas (com idêntica ressalva), poderia se considerar a narrativa como a trama, o enredo, o ritmo ou a performance da peça.

Exemplo de descrição: “apenas cinco dias após a revolta dos artesãos e comerciantes, o rei decidiu exilar-se país vizinho”.

De qualquer forma, o mais comum na historiografia é que as duas formas coexistam, complementando-se. Pode-se usar a frase a seguir como exemplo:

“A situação financeira do tesouro exigia que uma medida fosse tomada e o rei, para não assumir a responsabilidade sozinho, convocou os Estados Gerais, um parlamento que se dividia em três grupos (representando a nobreza, o clero e o povo)

e, para tanto, imediatamente procedeu-se à indicação dos delegados.”

Note que podemos separar, numa única frase, componentes tipicamente narrativos e componentes tipicamente descritivos, como pode ser demonstrado, no quadro a seguir:

COMPONENTES DESCRITIVOS	COMPONENTES NARRATIVOS
A situação financeira do tesouro exigia que uma medida fosse tomada [...]	[...] o rei, para não assumir a responsabilidade sozinho, convocou os Estados Gerais [...]
[...] um parlamento que se dividia em três grupos (a nobreza, o clero e o povo) [...]	[...] para tanto, imediatamente procedeu-se à indicação dos delegados.

Abordagens (Interpretações)

Uma vez tendo o historiador feito a seleção e classificação do material usado na pesquisa e antes de expressar, textualmente, suas conclusões, ele precisa realizar uma reflexão sobre o que encontrou naquelas mesmas fontes.

Naturalmente, os paradigmas e os referenciais teóricos adotados pelo autor-pesquisador terão uma influência marcante nesse processo de reflexão. Contudo, nenhuma teoria ou filosofia da História explicita (até porque essas não eram preocupações prementes dos teóricos e filósofos da História) o momento que é dos mais críticos na construção do conhecimento histórico: o momento da

transposição de um conjunto de variáveis (teoria e/ou paradigma, historiografia, fontes documentais, entre outros) numa visualização ou num raciocínio, claro e lógico, que possa transformar-se em texto.

Esse é o momento da interpretação, da abordagem.

Abordagem Analítica

A análise implica num processo de decomposição de um dado objeto (ou fenômeno) em partes para melhor compreendê-lo. Esse procedimento implica, necessariamente, no estabelecimento de critérios precisos que definam tanto o nível da decomposição como a sistemática de identificação do que

sejam “partes” que possam pertencer a mesmo “conjunto”.

Um tal “critério preciso”, portanto, não poderia se afastar de instrumentos que indiquem *analogias*, *séries*, *quantidades*, *mensurações*. Em outras palavras, a abordagem analítica produz uma representação do objeto de estudo calcada em estruturas, sistemas ou conjuntos.

A abordagem analítica, assim, é mais largamente utilizada quando for necessária uma prática investigativa de classificação ou sistematização.

A abordagem analítica, pelas características descritas, tende a tornar-se mais adequada a posturas dedutivistas e cientificistas na História.

Exemplos.

- Veja-se a seguinte afirmação: “a Guerra do Paraguai faz parte do contexto das guerras platinas do século XIX”. Aqui ocorre uma classificação, que implica em identificação de conjuntos. O conjunto, obviamente, é *guerras platinas do século XIX* e a *Guerra do Paraguai* é um dos elementos que fazem parte desse conjunto.

- Um dado autor propõe-se a “estudar a Guerra do Paraguai em suas perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais”. Nesse caso, o autor vai “dissecar” o objeto de estudo *Guerra do Paraguai* em partes, como estratégia interpretativa.

Abordagem Hermenêutica

A hermeneuse nasceu junto com “artes” místicas e com a teologia. A questão da interpretação dos textos sagrados, dada a origem sobrenatural desses mesmos textos indicava a possibilidade de que houvesse um texto oculto, além das letras e palavras formalmente adicionadas ao papel em uma língua compreensível.

Dessa maneira, era necessário extrair, do texto, o seu “significado oculto”, aquilo que a divindade tinha intenção de dizer mas não podia, pela própria incapacidade humana de receber essa mensagem. havia, portanto, que “sentir” a mensagem.

Segundo a classificação tradicional, há três formas essenciais de extração de

significado de um texto:

a) literal[14];

b) alegórico[15];

c) moral[16].

---

[14] O que está escrito é a verdade e não há, segundo essa forma, outras interpretações possíveis que não sejam meras corrupções da palavra original. isso nos leva a questionar se a "literal" deveria estar entre as formas de extração de significado, na medida que ela própria nega a essência da hermenêutica, ou seja, a convicção de que todo texto tem mais a dizer que apenas suas frases e orações. Em outras palavras: se não há texto oculto para a forma literal, então porque classificá-la entre as formas hermenêuticas?

[15] No sentido de que o texto nunca é a coisa em si, nunca é a "verdade". O texto seria apenas uma aproximação da essência das coisas (representação), uma aproximação da verdade que está oculta no texto.

[16] Parte de convicção da irrelevância da discussão se existe relação entre o texto e a "verdade". Para os moralistas, o principal é o indicativo de ação, de

Sempre que o procedimento hermenêutico foi afastado da teologia e do misticismo, os autores e pensadores que defendiam seu uso “laico” enfrentaram a dificuldade prática de substituir o “sentir” hermenêutico por uma(s) outra(s) ferramenta(s) interpretativa(s).

Nos primeiros passos da hermenêutica laica, o substituto foi a *filologia*, a *erudição*: em outros termos, um conhecimento amplo, primeiro, das línguas do mundo, segundo, da herança cultural do mundo[17]. Na prática, esses “conhecimentos amplos” permitiriam entender as

---

comportamento, que estaria oculto no texto.

[17] Obviamente, como fenômeno ocidental e europeu, essa herança era, basicamente, a grega, a latina e a germânica e a aramaica.

mensagens ocultas dos textos, porque esses leitores privilegiados teriam condições de ler os textos à luz do contexto em que foram produzidos. O que tornava o texto oculto, era o desconhecimento da história, eram palavras de outras línguas ou dialetos, eram palavras “mortas” (que já haviam caído em desuso) ou outros entraves à leitura do texto “como deveria ser feita”.

Assim, a hermenêutica foi criando raízes em três áreas do conhecimento:

1) a Filosofia (como ler, adequadamente, um texto de Platão?);

2) a Literatura (como ler, adequadamente, a Ilíada?); e,

3) a História (como ler, adequadamente, o documento de época?).

A partir do século XIX e, principalmente, no século XX, os conceitos de “texto” e “leitura” sofreram mudanças e ampliações radicais. Começou-se a falar em fazer uma “leitura” da realidade, por um lado, ou de perceber o mundo e as coisas que nos cercam como “textos”.

Ora, a transposição dessa mudança paradigmática para História tornou-se inevitável[18]. E os objetos de estudo

---

[18] De fato, pode-se afirmar que foram pensadores intimamente ligados à História que postularam as primeiras manifestações a esse respeito, o que implica em dizer que talvez todo esse movimento tenha surgido na História.

históricos passaram a ser vistos como textos, cujo significado precisava ser extraído.

Hoje em dia, o historiador opera, hermeneuticamente, em duas fases da investigação:

1) aquela da crítica externa e, principalmente, interna das fontes (que não é o caso específico do tema "abordagens")[19];

2) aquela que define a prática de, à luz das fontes e de um conhecimento do contexto da

---

[19] Essa é obrigatória. Mesmo o historiador que vá apostar numa abordagem mais analítica terá de realizar uma crítica interna de suas fontes para não ser "enganado" por elas, num procedimento hermenêutico, portanto.

> época, extrair significados, mensagens ocultas (e ocultadas) e sentidos dos fatos, processos ou fenômenos históricos.

A abordagem hermenêutica, pelas características descritas, tende a tornar-se mais adequada a posturas indutivistas e culturalistas na História.

Operacionalização “Mista”

Obviamente. Na verdade, é extremamente raro encontrar um historiador que opte por (e consiga fazê-lo) operacionalizar sua interpretação em apenas uma das duas abordagens. O mais comum é que, na mesma pesquisa / investigação, se lance mão dos recursos de

uma ou de outra abordagem. Entretanto, o mais comum, também, é que os trabalhos de História reflitam uma inclinação mais para uma ou para outra prática. Inclusive, há um indicativo disso: é comum que autores que prefiram procedimentos analíticos apresentem o texto vertido como *descrição*; por outro lado, é comuns autores que prefiram procedimentos hermenêuticos apresentem o texto vertido em *narrativa*.

E a Dialética?

Alguns autores colocam a dialética como uma abordagem possível ou, pelo menos, como uma “estratégia” de operacionalização do processo de construção do conhecimento histórico. Contudo, a dialética é uma forma de

convicção específica sobre o funcionamento do universo (pelo menos do universo humano) e, portanto, sua aceitação ou não precede uma possível utilização sua como “abordagem” ou “interpretação”.

A crença na dialética pertence ao patamar das convicções paradigmáticas ou teóricas e, dessa maneira, se alguém crê na dialética como possibilidade de conhecimento, obviamente, toda a sua reflexão histórica irá ser permeada por essa crença.

Ao contrário, as abordagens ou interpretações, independem, na grande maioria dos casos, dos referenciais teóricos ou paradigmáticos, para sua utilização ou não. Muitas vezes é o tipo de fonte que o pesquisador encontra que irá determinar,

com muito mais força e proximidade, o tipo de abordagem ou interpretação escolhido.

Talvez haja uma possibilidade: a de afirmar que quando se acredita que existe uma relação dialética entre as fontes e o investigador, então temos aí uma abordagem ou interpretação ou estratégia dialética. Isso soa falacioso, pois a questão da *precedência da convicção da existência na dialética* vale aqui também. Ou seja, se alguém acredita em dialética isso é inerente (e não uma abordagem a ser escolhida); e, se alguém não acredita, isso não irá ocorrer (seria uma abordagem previamente descartada) de qualquer forma.

Por favor colabore com a ampliação e melhoria desse texto enviando comentários e sugestões para http://www.facebook.com/topicosuteis.

Obrigado!